



JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXI | Nº 1361 | de 09 a 30/11/2015

Pra entrar na história!



Foi a maior greve dos petroleiros e petroleiras desde 1995. O movimento nacional da categoria garantiu a manutenção de todos os direitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a discussão do Plano de Negócios e Gestão (PNG) da Petrobrás. Estado de greve está mantido e movimento pode voltar com ainda mais intensidade caso as negociações nos Grupos de Trabalho e Fóruns não avancem.



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

O povo em defesa do

Greve dos petroleiros(as) transcendeu o âmbito da categoria e conquistou o apoio de vários segmentos da sociedade civil organizada.

Quinze dias de greve. Muita luta, companheirismo e formação sindical. Quem de fato participou pode dizer que já não é a mesma pessoa, evoluiu como ser humano a partir da solidariedade que o movimento promovia a todo instante. Além do despertar da coletividade que é inerente a toda greve justa, a participação de militantes do MST, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dos estudantes e de trabalhadores de outras categorias na luta dos petroleiros e petroleiras, não só na Repar, mas em boa parte dos piquetes em frente às unidades industriais da estatal, construiu laços de fraternidade e reafirmou a união da classe trabalhadora com os movimentos sociais.

Roberto Baggio, não aquele jogador italiano que perdeu o pênalti na final da Copa do Mundo de 1994 e consagrou o tetracampeão do Brasil, mas um bravo lutador homônimo, membro da coordenação estadual do MST, celebrou a luta conjunta. “Nós, trabalhadores do campo e da cidade, nos constituímos como classe unificada em torno de um projeto comum. Identificamos que nós somos irmãos, companheiros e camaradas. Somos iguais, e se somos iguais temos uma tarefa nobre que é fazer política e a luta de classes. É o que fizemos aqui, entre os petroleiros e os sem terra”.

Houve quem não entendeu a presença dos movimentos sociais na greve e até fez questionamentos. Após os vários dias de convivência e aprendizado sobre coletividade, muitos compreenderam; alguns insistiram em manter a visão distorcida. Talvez não tenham compreendido que a luta em defesa da Petrobrás é do povo brasileiro. Aos petroleiros cabe o protagonismo nesta batalha, assim como a habilidade e capacidade de aglutinar forças para atingir o objetivo alcançar a soberania energética, o



SINDIPETRO PR e SC

Na repressão ao movimento, empresa se fez valer até do uso da força policial



Petroleiros(as) fizeram a maior greve da categoria desde 1995; nos dois movimentos a

que passa obrigatoriamente pela transformação da Petrobrás estatal e 100% pública. O que os setores conservadores querem é justamente o contrário: desintegrar para vendê-la, deixando o povo à mercê das grandes empresas privadas e multinacionais do setor. Existe algo de muito errado no conceito de liberdade dos liberais.

Durante os quinze dias de greve, várias foram as batalhas e também as formas de opressão. A empresa se fez valer até mesmo do uso da força policial para coagir os grevistas. A estratégia anti-greve também se estendeu no campo judicial. Logo no segundo dia começaram a surgir os famosos interditos proibitórios, instrumentos jurídicos para garantir a posse de propriedades privadas, mas que são utilizados erroneamente contra os sindicatos durante as greves. As liminares em favor da empresa traziam muitas assustadoras aos sindicatos e aos movimentos que participavam dos piquetes. Na Repar, Terminal de Paranaguá e no Terminal de São Francisco do Sul, a ação dos juizes pareceu orquestrada: multa de R\$ 100 mil por dia em caso de bloqueio das vias de acesso às unidades. Em outras palavras, o popular “trancaço” estava proibido. A partir daí, a adesão à greve foi feita na base do convencimento. Mesmo assim, a greve continu

ou forte. A categoria compreendeu que estava em jogo não apenas uma campanha salarial, mas os empregos, a empresa e o futuro do Brasil enquanto país soberano.

Apesar da adesão maciça, a produção não sofreu grandes alterações. Os contingentes da empresa, formado por poucos pelegos amantes do dinheiro



Silvia Medeiros

Ato unificado dos petroleiros de SC contou com p

patrimônio nacional



Luta foi em defesa da Petrobrás como empresa estatal, patrimônio do povo brasileiro

e crédulos das promessas de ascensão na carreira, mantiveram as unidades em funcionamento. “Não fossem eles, nossa greve teria um impacto muito maior e se resolveria em poucos dias”, lembrava diariamente o presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, Mário Alberto Dal Zot, nos discursos em cima do caminhão de som. “São filhotes de

Paulo Roberto Costa (delator da Lava Jato), tão corruptos quanto todos os ex-diretores envolvidos nos escândalos que mancharam a imagem da nossa empresa. Aceitam propinas em forma de horas extras e letras para furar o movimento”, bradava.

Os gestores da empresa agiram de forma irresponsável ao manter a produção em patamares quase normais, mas com um efetivo de trabalhadores reduzido e muitas vezes sem o treinamento para operar os equipamentos. Colocaram em risco a vida daqueles que se dispuseram a trabalhar, as unidades e as comunidades que vivem no entorno. Cinco dias após o início da greve, uma tragédia na Repar. O supervisor de mecânica Pedro Alexandre Bagatin sofreu um infarto nas dependências da refinaria, não resistiu e faleceu um dia depois. Esta foi decretada o luto na luta dos petroleiros. Outro acidente gerado pela irresponsabilidade da gestão foi o vazamento de óleo que parou por completo a produção da plataforma P-37, na Bacia de Campos, que desde o início da greve está sendo operada pela contingência.

Nesse período, a Petrobrás percebia que a greve era forte e se alongaria pelo tempo que fosse necessário. Após mais de cem dias da data de protocolo da Pauta pelo Brasil, a direção da empresa

finalmente reconheceu as reivindicações da categoria e convocou as primeiras negociações. Em síntese, os trabalhadores pediam a revisão do Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2015 - 2019, que prevê US\$ 140 bilhões em redução de investimentos e venda de ativos, nenhuma retirada de direitos do Acordo Coletivo de Trabalho – a primeira proposta modificava 94 cláusulas do ACT – e a recomposição do efetivo de trabalhadores.

Enquanto aconteciam as negociações, a greve continuava forte e as formas de opressão continuavam. Câmeras gravavam a saída dos trabalhadores dos ônibus para constrangê-los e intimidá-los a voltar ao trabalho. Mesmo assim, os piquetes registravam grande adesão e os movimentos sociais continuavam firmes ao lado dos petroleiros.

Na última semana da greve, um ato histórico em Santa Catarina. Pela primeira vez, petroleiros dos terminais Transpetro de Biguaçu e Guarimir foram até a unidade de São Francisco do Sul para uma manifestação unificada no Tefran. A resistência e a solidariedade de classe estavam consolidadas no movimento petroleiro.

A solução para a greve só veio com a aceitação, por parte da empresa, de debater o PNG através de um Grupo de Trabalho paritário. Uma vitória para ser celebrada, pois significa os trabalhadores participando e indicando rumos para a gestão. Além disso, a pauta de nenhum direito a menos no ACT foi cumprida e o efetivo também será fruto de fórum de discussão. A greve foi suspensa na maioria das bases, mas o estado de greve foi mantido e, caso as negociações nos GT's e fóruns com a empresa não avancem, o movimento pode voltar a qualquer momento, com ainda mais intensidade.

Todavia, o saldo positivo da greve é ainda maior. A categoria petroleira demonstrou consciência sobre os rumos que a Petrobrás estava tomando e deixou de lado a sua pauta econômica para debater, construir e negociar uma pauta política, bem como evoluiu enquanto classe trabalhadora ao lutar ombro a ombro com os movimentos sociais. Foi uma greve do povo brasileiro.



participação de trabalhadores de outras categorias



Uma greve política com alianças com os movimentos sociais para construir um mundo novo, mais justo, solidário e fraterno.



As conquistas da greve

GT discutirá alternativas para o PNG - as propostas elencadas na Pauta pelo Brasil para garantir a retomada dos investimentos e a preservação dos ativos da Petrobrás serão analisadas em um grupo de trabalho técnico e paritário, formado por representantes da empresa e da FUP, que terá 60 dias para elaborar um relatório que será encaminhado à direção da companhia e ao governo federal. O trabalho será baseado em estudos feitos pelo Grupo de Economia da Energia da UFRJ e pelo Grupo Interministerial, que analisaram os principais impactos já causados pela retração do setor petróleo. Esses estudos apontam que, para cada R\$ 1 bilhão que a Petrobrás deixa de investir no país, o efeito negativo sobre o PIB é de R\$ 2,5 bilhões.

Nenhum direito a menos – uma importante vitória da greve é a manutenção das conquistas dos últimos 13 anos, que a categoria consolidou no atual Acordo Coletivo. As propostas iniciais da Petrobrás eram de redução de direitos e de salários. Através da luta, garantimos o atendimento do item 13 da Pauta pelo Brasil, onde a FUP e os seus sindicatos deixaram claro que não aceitariam retrocesso nos direitos adquiridos pela categoria. Soma-se a isso, o restabelecimento da mesa de negociação integrada, que trouxe de volta as subsidiárias e o RH, contrariando os que apostaram na fragmentação do processo para enfraquecer as representações sindicais.

AMS e Benefício Farmácia - a AMS e o Benefício Farmácia estão garantidos. A nova operadora, provisória, será anunciada pela Petrobrás, nos

próximos dias. O contrato dessa operadora será de seis meses, podendo ser renovado por mais vezes. Nesse mesmo período, a Comissão da AMS, prevista no ACT, irá discutir mudanças no BF para garantir a sua sustentabilidade. Qualquer proposta de alteração discutida na Comissão somente poderá ser implementada se aprovada nas Assembleias dos Sindicatos.

Isonomia para trabalhadores da Fafen-PR - a Petrobrás propõe implementar até 31 de janeiro de 2016 o pagamento do ATS para os trabalhadores da Fafen-PR, nos mesmos moldes praticados no Sistema, bem como o pagamento da defasagem de 3% em relação à RMNR, retroativo a primeiro de setembro, e a implantação parcial do PCAC.

Dias parados - a Petrobrás garante a compensação de metade dos dias parados e propõe o desconto do restante, sem reflexos para o trabalhador. Porém, em resposta ao documento protocolado pela FUP, na qual cobra que a Petrobrás reveja a sua posição sobre o desconto dos dias parados, a empresa concordou em discutir os dias de greve, logo após a assinatura do Acordo Coletivo 2015. A companhia também garante que o tratamento a ser dado aos dias de greve só será implementado a partir de janeiro de 2016.

Punições - A empresa também se comprometeu a discutir com a FUP e com os sindicatos eventuais sanções a excessos, nos mesmos moldes do que ocorreu na greve de 2013, quando foi garantido que nenhum trabalhador fosse punido.

ACT

As diferenças em relação ao ACT 2013 são relativas à numeração e à fusão de cláusulas, que não alteram os direitos adquiridos. Confira:

- Adicional de confinamento: a cláusula 14 fundiu com a 34, sem prejuízo algum;
- Participações de Dependentes (62 a 67): as redações estavam erradas; quem paga a participação no custeio é o titular, e não o dependente; os dependentes continuam com os mesmos direitos;
- Jornada Administrativa: a Cláusula 112 fundiu com a Cláusula 113;
- Níveis de aposentados: a Cláusula 181 foi suprimida, pois já foi cumprida;
- Cláusula 77, de assistência a portadores de HIV: foi suprimida, mas o HIV consta da relação de doenças crônicas assistidas, na proposta;
- Cláusula 172, que trata da gratificação de contingência (abono): foi suprimida, pois a Petrobrás não propôs abono.

